



Jornal BANCÁRIO Rio



Sindicato dos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro
Ano LXXXII 22 e 23/5/2012 - Nº 4548 - www.bancariosrio.org.br

Veta, Dilma!

O novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional, é a mais séria ameaça ao meio ambiente na história do país e atende apenas aos interesses de ruralistas, madeireiras e multinacionais do agronegócio. Uma forte campanha da sociedade nas redes sociais para que a presidente Dilma Rousseff vete a proposta do Legislativo ganhou as ruas. Mais detalhes na página 4.



Eleição da Previ vai até o dia 29



Marcel Barros, candidato pela Chapa 6

A eleição para a renovação de parte da diretoria executiva e dos conselhos deliberativo, fiscal e consultivos do Plano 1 e do Previ Futuro da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), que começou na última sexta-feira (18), se estenderá até o dia 29 de maio.

VOTE CHAPA 6

Seis chapas disputam a eleição. A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e o Sindicato dos Bancários do Rio apoiam a *Chapa 6 Unidade na Previ*, encabeçada pelo ex-secretário-geral da Confederação Marcel Barros, e formada pelas entidades sindicais e associativas, inclusive de aposentados, do funcionalismo do Banco do Brasil.

COMO VOTAR

Os associados da ativa votam pelos terminais do Sistema de Informações do Banco do Brasil (Sisbb). Os aposentados poderão votar pelo telefone 0800-729-0808 ou pelo site www.previ.com.br, para os quais usarão a senha de seis dígitos utilizada para acessar o Autoatendimento da Previ.

BANCÁRIO

Presidente: Almir Aguiar – Sede – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Tel: 2103-4117 (PABX) – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede **Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Itaú/Unibanco), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiária:** Heloisa Kropf - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo, Verônica Motta (Reg. 20485/120/43) e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca - **Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36- Benfica) - Telefone: 3860-0100 - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

BANCO DO BRASIL

Sindicato vai ajuizar ação pelo pagamento da 7ª e 8ª horas

A assembleia dos funcionários do Banco do Brasil, realizada na quinta (17), autorizou o Sindicato a ajuizar ação pelo cumprimento da jornada de seis horas e pagamento da sétima e oitava horas. Bastante representativa, a assembleia contou com assessoria jurídica do advogado José Luiz Xavier, do escritório AJS, que presta assistência à entidade.

A ação terá duas linhas: por um lado, será declaratória por função, o que poderá ser estendido a toda a categoria. Em outra vertente, será condenatória, cobrará do Banco do Brasil o pagamento da sétima e oitava horas, a partir da ação, com retroatividade de cinco anos. Para assegurar o caráter retroativo, o Departamento Jurídico do Sindicato solicitou à Justiça a quebra da prescrição dos direitos.

Serão beneficiados pela ação os sindicalizados. Aqueles que dese-

NANDO NEVES



Os funcionários do Banco do Brasil que autorizaram, em assembleia, que o Sindicato entre com ação na Justiça pelo pagamento da sétima e oitava horas acompanham palestra do advogado José Luiz Xavier

jarem fazer parte da ação terão um prazo de 30 dias para se associar ao Sindicato, contados a partir desta data (22/5). As ações fazem parte da campanha nacional em defesa das seis horas garantidas por lei a todos os bancários.

AVANÇOS

O diretor do Sindicato e vice-

presidente da Contraf-CUT, Carlos de Souza, afirmou que essa ação representa um avanço para a categoria na luta pelo respeito à jornada de trabalho de seis horas.

“Vai pressionar o BB a negociar todos os aspectos da jornada. Também representará a soma dos resultados de outras ações interpostas pelo Sindicato numa vitória maior dos trabalhadores”, disse.

Caixas-executivos ficam sem receber gratificação a que têm direito

Sindicato cobra explicações do banco sobre situação de funcionários subordinados à PSO. Banco alega problema operacional e diz que gratificações serão pagas em junho

Os caixas-executivos (Caex) das agências do Banco do Brasil, que desde abril estão subordinados à Plataforma de Suporte Operacional (PSO) e não mais à gerência da própria agência, não receberam a gratificação a que têm direito pelo cargo que ocupam. O diretor do Sindicato Murilo da Silva cobrou explicações do Centro de Serviço de Logística (CSL) do banco. Foi informado que, durante a mudança de registro funcional dos Caex para o PSO, houve um problema operacional que acabou fazendo com que o sistema não processasse a gratificação na folha de pagamento de maio. A folha foi feita no dia 8 deste mês.

O CSL explicou que o fato aconteceu em todo o país, mas que o problema já foi sanado e que o valor referente à gratificação deste mês será creditado junto com a remuneração de junho. Ainda segundo o órgão, o gerente da agência em que o caixa trabalha poderá requerer um adiantamento da gratificação a ser pago ainda em maio, bastando fazer uma lista com os nomes dos interessados. O docu-



mento deve ser encaminhado pela rede interna do BB para CSL/Funcionalismo do Banco do Brasil, prefixo 7418, aos cuidados da Fopag (Folha de Pagamento). “O prejuízo com o não pagamento é grande, já que a gratificação corresponde, em média, a 30% da remuneração”, frisou Murilo.

BB X PEQUENOS CLIENTES

Em abril, o Banco do Brasil criou um novo setor: a Plataforma de Suporte Operacional (PSO), a qual

passaram a ser subordinados todos os funcionários da área operacional das agências (retaguarda e caixas), apesar de continuarem trabalhando nas unidades. A mudança tirou dos gerentes a administração do setor operacional e abriu a possibilidade de transferência dos caixas para agências com movimentação mais intensa.

O movimento sindical foi contra a medida, ao ver na mudança mais uma forma de o banco sobrecarregar os funcionários, priorizar a venda de produtos, captação de novos correntistas e atendimento a grandes clientes, colocando em segundo plano os serviços voltados para os pequenos clientes e usuários, como o pagamento de contas e as operações de pequeno porte. “É uma política que volta o BB cada vez mais para as atividades comerciais. Não resolve o problema da falta de condições adequadas de trabalho, pelo contrário, sobrecarrega e adoce o funcionalismo, e cada vez mais secundariza o atendimento ao pequeno e médio cliente”, acusou o dirigente.

Plano de saúde do Bradesco não é aceito por médicos e clínicas

Bancários encontram dificuldades para serem atendidos junto à rede credenciada

Os funcionários do Bradesco estão enfrentando sérias dificuldades no atendimento médico, laboratorial e hospitalar, em todo o país, porque o Bradesco Saúde caiu em desgraça junto à rede credenciada.

“No Rio, quando um funcionário ou algum dependente telefona para marcar uma consulta, exame ou internação, a primeira preocupação da pessoa que atende do outro lado da linha é com o tipo de plano. Se for do Grupo Bradesco, que é o caso dos funcionários do banco, o atendimento é negado. Só são atendidos clientes do convênio Bradesco – Rede Globo”, denuncia o diretor do Sindicato Marcelo Pereira, que não conseguiu marcar um atendimento médico. O sindicalista disse ainda que os gestores do setor de Recursos Humanos da empresa querem resolver o problema pontualmente, em vez de tomar uma medida geral



para que a rede credenciada atenda devidamente todos os funcionários e dependentes.

ODONTOLÓGICO

Quando se trata de atendimento

odontológico, a rejeição da rede credenciada é ainda maior. O Bradesco comprou o Odonto Prev e passou a trabalhar com uma tabela de preços inferior à do Bradesco Saúde. As reclamações ocorrem em todo o

país. No Rio, a Associação Brasileira de Odontologia (ABO), que pratica os preços mais baixos, decretou greve contra o Odonto Prev. Também nesse caso as reclamações ocorrem em todo o país.

VACINAÇÃO AMEAÇADA

A campanha nacional de vacinação, desenvolvida todos os anos pelo Bradesco e por outras empresas, também está ameaçada. Os funcionários são atendidos em seus locais de trabalho, por força de contrato entre o banco e os laboratórios. No Rio, os dependentes desses trabalhadores, no entanto, só dispõem de dez locais para a vacinação. “Mesmo esses poucos locais de atendimento estão fadados à redução porque os valores pagos pelo banco não atendem às reivindicações de clínicas e profissionais da área de saúde”, finalizou Marcelo.

REINTEGRAÇÃO

Bancário volta ao Bradesco após sete anos da demissão



VITÓRIA APÓS SETE ANOS - Ubiraci Sacramento, entre os diretores do Sindicato Enilson nascimento (E), Adriana Nalesso e Everaldo Dantas, mostra o documento da decisão judicial que garantiu sua reintegração ao Bradesco

Admitido em maio de 1984, Ubiraci Sacramento Moraes foi demitido em maio de 2005. Portador de LER/Dort (tenossinovite), Ubiraci recorreu ao Sindicato, que entrou com ação de reintegração. A partir de exame médico realizado por perito do INSS, o pedido de reintegração foi sustentado pelo Sindicato. O Bradesco entrou com recurso e o processo foi encaminhado para o TRT (Tribunal Regional do Trabalho), onde a 4ª Turma entendeu que era devida ao bancário a concessão da licença para tratamento de saúde retroativa à data da dispensa, com a consequente reintegração do funcionário. O processo teve como relator o desembargador federal Cesar Marques Carvalho, que, no último dia 8 de maio, mandou reintegrar Ubiraci.

“Ubiraci esperou sete anos para ser reintegrado, e é preciso destacar a persistência do bancário, que sempre acreditou no trabalho do Sindicato. Ele é um exemplo para toda a categoria”, disse a diretora do Sindicato Adriana Nalesso, que acompanhou o caso na época da demissão à frente da Secretaria de Saúde da entidade.

Gestores são promovidos ‘de boca’ no Investimento-Rio

O setor de Investimento-Rio, que funciona no terceiro andar do prédio da agência Cinelândia, inovou o sistema de promoção, criou a promoção ‘de boca’. O faz de conta recaiu sobre gerentes que substituíram gestores da mesma função demitidos. Os substitutos assumiram todos os deveres inerentes ao cargo – responsabilidades gerenciais, metas pessoais e da equipe, reuniões para traçarem estratégias de negócios, aumento de gastos pessoais com vestuário e outros. Cabe a pergunta: e a reciprocidade, a compensação? Ficou na filosofia do atleta das águas: nada, nada e nada. Nenhum benefício funcional, financeiro ou pessoal foi concedido. “O Sindicato vai entrar em contato com o setor de Recursos Humanos do banco para averiguar esta situação, que, aliás, não é nova”, disse o diretor do Sindicato Rogério Abrantes.

PEDRA DO TELÉGRAFO

Participe da caminhada ecológica no dia 27

A próxima caminhada ecológica promovida pela Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer do Sindicato será à Pedra do Telégrafo, que oferece uma visão extraordinária da Restinga da Marambaia, em Barra de Guaratiba. O preço do passeio é R\$10, mas bancários sindicalizados e seus dependentes não pagam. Haverá van na porta do Sindicato para transporte ida e volta, com custo de R\$15 por pessoa. Mais informações pelos telefones 2103-4150/4152.

Futuro das florestas brasileiras está nas mãos da presidente Dilma Rousseff

Novo código anistia crimes ambientais e ameaça áreas de proteção ambiental



O texto do Novo Código Florestal aprovado pelo Congresso Nacional está nas mãos da presidente Dilma. A sociedade e os movimentos de defesa do meio ambiente esperam que o projeto seja vetado

O novo Código Florestal, baseado no projeto original do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB), aprovado pelo Congresso Nacional, é a mais séria ameaça ao meio ambiente na história do país e atende apenas aos interesses de ruralistas, madeireiros e multinacionais do agronegócio. “As mudanças na lei reduzem a proteção das florestas, anistia desmatadores e pode aumentar o desma-

tamento por causa da suspensão da cobrança de multas e de autuações em ocupações ilegais realizadas até julho de 2008”, disse a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

Já a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) elogiou as mudanças, afirmando que o novo texto põe o Brasil no rumo certo para produzir alimentos.

“O novo Código Florestal vai

corrigir distorções feitas na lei antiga, para que no futuro o meio ambiente e a indústria agricultora possam trabalhar de mãos dadas por um Brasil melhor”, afirmou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (PSD-TO), da base ruralista.

ESPERANÇA

O secretário do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc, garantiu que Dilma Rousseff terá “coragem” para vetar o projeto.

“A presidente Dilma teve coragem de enfrentar os juros extorsivos, de instalar a Comissão da Verdade, de criar a Lei de Acesso à Informação, e terá coragem também de vetar o que uma eventual maioria ruralista aprovou, descaracterizando toda nossa legislação protetora das florestas e dos ecossistemas”, garantiu Minc, que foi ministro do Meio Ambiente no governo Lula.

O texto possui absurdos, como o de considerar pequenos produtores rurais quem possui propriedade de até 400 hectares, cerca de 400 estádios do Maracanã. Com a mudança da lei esses proprietários não precisarão compor reservas legais desmatadas.

Itaú e Tempo Saúde não estão enviando cartões dos associados



O diretor do Sindicato Marcelo Ribeiro disse que a demora no fornecimento das carteiras do plano de saúde compromete o atendimento médico aos bancários

Desde o dia 28 de fevereiro os funcionários do Itaú estão passando por constrangimento e enfrentando dificuldades sempre que precisam ser atendidos em consulta médica usando o plano Tempo Saúde. É que o banco não enviou até hoje a nova carteirinha, o que leva os atendentes dos consultórios a questionar a validade do documento.

“O bancário tem que vencer o recepcionista do consultório a ligar para a central de atendimento do plano para confirmar que não se trata de atraso no pagamento, mas de descaso do próprio plano que não envia as carteirinhas”, denuncia o diretor do Sindicato Marcelo Ribeiro. O dirigente frisa que alguns bancários só estão conseguindo receber a carteirinha depois de três solicitações. “Fornecer a nova carteirinha é uma obrigação da empresa. Aqueles que não fazem requerimento de renovação não recebem. O que é um absurdo”, afirma. Para Marcelo, o Itaú tem o dever de intervir e resolver esta situação para evitar que alguém morra por falta de atendimento num caso de urgência.

As mudanças do Novo Código

	Como é	Como fica
Reserva legal	A manutenção de florestas e de outras formas de vegetação nativa deve ser de 80% em propriedades em área de floresta na Amazônia Legal, 35% nas propriedades em área de cerrado na Amazônia Legal e 20% nas demais regiões. Se a área da reserva for menor que o previsto em lei, o proprietário deve promover a recomposição.	“Pequenos produtores rurais”, cujas propriedades sejam de até quatro módulos fiscais (medida variável que vai até 400 hectares), não precisarão recompor as reservas legais.
Margem de rios	Proteção da vegetação até 30 m de distância das margens dos rios mais estreitos, com menos de 10 m de largura.	No caso de áreas já desmatadas, o texto aprovado no Congresso propõe a redução da área de recomposição para 15m de distância da margem. Permanece a exigência de 30m para as áreas que se mantiveram preservadas.
Anistia	Prevê punição para uma série de contravenções como prisão de três meses a um ano ou multa de 1 a 100 salários mínimos. O Decreto 7.029/2009 prevê multa para quem não registrar a reserva legal até o próximo dia 11 de junho. Se as áreas desmatadas forem recuperadas até essa data, ficarão livres das multas.	O compromisso de regularização do imóvel suspende eventuais punições de detenção e/ou multa que tenham sido aplicadas ao proprietário. A efetiva regularização extingue a punibilidade. A adesão ao programa de regularização deverá ocorrer em um ano (prazo que pode ser prorrogado pelo governo) a partir da criação do cadastro de regularização ambiental (CAR). O cadastro deverá ser criado até três meses após a sanção do novo código
Topos de morro	Proibida a utilização do solo em topos de morros, montes, montanhas e serras, encostas com declive acima de 45°, restingas fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, bordas de chapadas, áreas com mais de 1,8 mil m de altitude.	Admitida a manutenção de atividades florestais, pastoreio extensivo, culturas lenhosas perenes, como café, maçã, uva ou de ciclo longo, como a cana de açúcar, que não estavam previstas no texto apresentado pelo relator.
Áreas consolidadas	A classificação de “área rural consolidada” inexistia no código em vigor, que garante a proteção das áreas de preservação permanente	Atividades em áreas rurais consolidadas (anteriores a 22 de julho de 2008) localizadas em área de preservação permanente poderão ser mantidas se o proprietário aderir ao Programa de Regularização Ambiental. A autorização será concedida em caso de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto.